

# NICOS POULANTZAS NOS ESTUDOS DE POLÍTICA EXTERNA E ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL: APONTAMENTOS PARA UMA AGENDA DE PESQUISA

Gabriel Sandino de Castro  
(FFC/UNESP)<sup>1</sup>

Área temática 5 – Relações Econômicas Internacionais

## RESUMO

O presente artigo visa abordar o pensamento do cientista político grego Nicos Poulantzas e suas implicações para a análise de política externa e economia política internacional. Nosso argumento central reside na possibilidade de trazer a teoria poulantziana para o campo da política internacional. Neste sentido, o pensamento do autor reacende o debate marxista nas teorias de relações internacionais, ao incorporar as relações de classe e frações de classe como segmentos influenciadores da política externa. Ou seja, partimos de uma visão alternativa à visão estatocêntrica do realismo. Ao mesmo tempo, propomos a necessidade do estudo dos conflitos nas relações internas, negligenciados, em larga medida, pela perspectiva liberal. Portanto, ao fazermos tais discussões, tentaremos expor algumas diretrizes para a construção de uma agenda de pesquisa poulantziana em política externa e economia política internacional.

Palavras-chave: Agenda de pesquisa. Nicos Poulantzas. Análise de política externa. Economia Política Internacional.

## ABSTRACT

The present article aims to address the thinking of the Greek political scientist Nicos Poulantzas and their implications for the analysis of foreign policy and international political economy. Our central argument lies in the possibility of bringing the Poulantzian theory into the field of international politics. In this sense, the author's thinking re-ignites the Marxist debate in theories of international relations, incorporating class relations and class fractions as influential segments of foreign policy. That is, we start from an alternative vision to the statocentric vision of realism. At the same time, we propose the need to study conflicts in internal relations, neglected to a large extent by the liberal perspective. Therefore, in making such discussions, we will try to set out some guidelines for the construction of a poulantzian research agenda in foreign policy and international political economy.

Keywords: Research agenda. Nicos Poulantzas. Foreign policy analysis. International Political Economy.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus Marília. Mestre em Relações Internacionais pelo Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. Contato: gabrielsandino@outlook.com

## 1. Introdução

Nicos Poulantzas tornou-se um dos principais nomes das ciências sociais marxistas na segunda metade do século XX. No campo da sociologia, o autor avançou no estudo qualitativo das classes sociais, suas subdivisões e os eventuais choques de interesses. Na ciência política, teorizou sobre o Estado capitalista e suas relações com a sociedade de classes. Colocou em xeque parte do crescente prestígio da ciência política estadunidense, apontando as incongruências das análises behavioristas no comportamento político e social (BIANCHI, 2007).

Entretanto, quando nos referimos ao campo das Relações Internacionais, não encontramos a influência dos escritos do autor grego, percebida nas demais disciplinas sociais. Em primeiro lugar, justificam-se pela marginalização dos estudos marxistas nas Relações Internacionais, dominadas pelas vertentes realista e liberal<sup>2</sup>. Em segundo lugar, o marxismo, nessa disciplina, divide-se, principalmente, em duas grandes esferas: a teoria do sistema-mundo e a teoria crítica neogramsciana<sup>3</sup>. Portanto, os estudos com base em Poulantzas nas Relações Internacionais ainda são escassos, mesmo dentro da teoria marxista.

Dessa forma, pretendemos aqui estabelecer uma mínima agenda de pesquisa em torno dos escritos desse autor. Para isso, dividiremos o presente artigo em três partes. Na primeira, apresentaremos, de modo geral, o pensamento político poulantziano. Na segunda, trataremos da contribuição dos estudos poulantzianos na compreensão da realidade brasileira recente. Ou seja, evidenciaremos os avanços da agenda de pesquisa poulantziana na política interna. Na terceira parte, apontaremos eventuais problematizações para estudos futuros, no âmbito das Relações Internacionais, em especial na análise de política externa e economia política internacional. Por fim, faremos as considerações finais apontando as perspectivas dessa agenda de pesquisa.

## 2. A teoria política em Nicos Poulantzas: considerações gerais

A segunda metade do século XX produziu estudos políticos importantes no âmbito do marxismo. No caso de Poulantzas, o autor avança no estudo de classes sociais de Marx, ao propor uma pesquisa qualitativa das forças sociais que compõem tais classes. Em outros termos, advoga que a dicotomia entre burguesia e trabalhadores não apreende todo o conflito social do sistema capitalista. Neste sentido, Poulantzas observa que, em cada classe social, há também camadas e frações de classe. Do ponto de vista analítico, existe, portanto, segmentos da burguesia dotados de interesses específicos. Ou seja, o autor entende a classe social como uma unidade dentro de um modo de produção vigente e as frações de classe como interesses particulares no seio dessa classe.

Continuando a discussão sobre a classe burguesa, Poulantzas a divide em três grandes frações: a burguesia nacional, a burguesia associada e a burguesia interna. Grosso modo, a primeira, caracteriza-se pelo viés nacionalista, que compete com as demais burguesias estrangeiras por mercados consumidores e são resistentes às políticas neoliberais. Advogam um Estado

---

<sup>2</sup> Pode-se considerar também, em certa medida, a vertente construtivista.

<sup>3</sup> Existem outras ramificações no marxismo, a exemplo dos trabalhos de Fred Halliday e Andrew Linklater. Porém, essas são as mais conhecidas. É oportuno destacar a existência da discussão sobre o viés marxista da teoria crítica gramsciana. Existem aqueles que defendem que apesar da referência central dessa teoria ser um marxista – Antonio Gramsci – não é possível associa-la como vertente marxista devido à teoria crítica neogramsciana negligenciar elementos fundamentais do pensamento marxiano, como por exemplo os reflexos da mais-valia, a superexploração da força de trabalho, o imperialismo, dentre outros. Mesmo em relação a Gramsci, existe uma certa dicrepância naquilo que o filósofo sardo compreende com aquilo que advoga os neogramscianos, especialmente Robert Cox, principal expoente. Ver Passos (2016).

impulsionador dos seus negócios, via crédito e políticas protecionistas, por exemplo. Conforme escreve Décio Saes (2014, p.115-116), essa fração busca:

defender políticas de redistribuição de renda e reformas capazes de aumentar o poder aquisitivo das massas, por meio de políticas de distribuição de terras, habitação popular, emprego etc. Esse segmento do capital é dotado de uma inclinação nacionalista e democrática, estritamente ligada ao seu modo de inserção no sistema econômico capitalista. Sendo, em geral, produtores de bens de consumo leves, ou de bens de consumo duráveis de baixo valor, esses capitalistas tendem a valorizar o Estado nacional: encaram-no como o agente capaz de executar programas e projetos que levam à formação e ao crescimento de um mercado de massas.

A burguesia associada, por sua vez, é aquela dependente do capital estrangeiro. Ela advoga o receituário neoliberal de desenvolvimento. Nas palavras de Saes (2014, p. 115) essa burguesia:

se associa ao capital estrangeiro e defende internamente os seus interesses. Esse segmento pode se formar na esfera industrial (empresas mistas nas quais o interesse predominante é o da matriz), na esfera comercial (é o caso dos importadores, que exercem pressão contra a produção interna de bens importados de alto valor) e na esfera bancária (bancos e sociedades financeiras voltados para o financiamento de empreendimentos do capital estrangeiro, descompromissados com o fortalecimento do mercado interno ou do setor público).

A terceira, denominada de burguesia interna, tem um caráter híbrido, ora ela se aproxima dos interesses da burguesia nacional, ora converge com os objetivos da burguesia associada. Em suma, ela concorre com as elites estrangeiras, porém depende, também, das mesmas. Um exemplo ilustrativo é o caso da grande empresa que defende uma tímida abertura comercial, mantendo o Estado como regulador desse processo ao passo que advoga a flexibilização das leis trabalhistas, deixando ao sabor do livre mercado a manutenção dos contratos. Podemos citar também os nichos empresariais que dependem da importação de maquinários para a produção, ou seja, advogam um câmbio valorizado e alguma proteção do Estado para a garantia de competitividade. Nas palavras de Poulantzas (1975, p. 36-7), essa fração:

se interessa pela intervenção estatal que lhe asseguraria alguns domínios dentro do país e que a tornaria também mais competitiva diante do capital estrangeiro. Deseja a ampliação e o desenvolvimento do mercado interno através de uma pequena elevação do poder de compra e de consumo das massas, o que lhe ofereceria mais saídas; procura, enfim, ajuda do Estado, que lhe permitira desenvolver a exportação.

Além disso, conforme aponta Martuscelli (2014, p. 120), “dada a sua adesão à ideologia nacionalista, em circunstâncias históricas excepcionais, essa fração de classe pode participar, juntamente com setores das classes populares, de frentes nacionais ou anti-imperialistas”. Considerando as condições de governabilidade e legitimação, tais burguesias se aglutinam com outras classes e frações de classe, formando, em termos poulantzianos, os blocos no poder. De modo intencional ou espontâneo, o bloco no poder reúne interesses em comum das classes e frações de classes que o compõem<sup>4</sup>. Nele, “as frações se aglutinam para defender ou rejeitar certas medidas” (FARIAS, 2009, p. 20). No entanto, os mesmos também carregam contradições internas, uma vez que a existência de interesses adjacentes podem ser conflitivos no seio deste bloco. Em

---

<sup>4</sup> É oportuno afirmar que, conforme aponta Décio Saes (2014, p. 100), “em muitas conjunturas, alguma fração capitalista, perfeitamente detectável no plano econômico, não se exprime de modo aberto no plano político”.

outras palavras, “o bloco no poder, portanto, pressupõe uma unidade contraditória entre as diferentes frações de classe dominantes. A unidade corresponde aos sacrifícios mútuos entre as frações de classe com vistas à construção de uma relativa unidade” (BERRINGER, 2015, p.10).

Destarte, é oportuno identificar a distinção que Poulantzas (1975) da ideia de determinação estrutural de classe e posição de classe na conjuntura. No primeiro caso, o cientista político marxista trata do lugar histórico de uma classe social específica a partir de um modo de produção determinado. Em outras palavras, mesmo que existam frações burguesas com interesses divergentes no sistema capitalista, todas elas respondem ao funcionamento da exploração econômico-social. A posição de classe na conjuntura, por sua vez, se estabelece no programa de pesquisa no qual o pesquisador realiza o seu estudo de caso. Ou seja, ele procura compreender a realidade social a partir das condições políticas que tais frações de classe operam dentro do bloco de poder.

É importante salientar que tal bloco constitui de uma fração hegemônica de classe, cujas características da mesma incidem no interesse geral do bloco. No bloco de poder neoliberal ortodoxo, por exemplo, tem-se como fração hegemônica a burguesia associada<sup>5</sup>. Dessa forma, cabe ao pesquisador “esclarecer quais interesses de fração são priorizados pela política econômica do Estado e quais são relegados a um plano secundário” (BOITO JÚNIOR, 2007, p. 59). Com efeito, o Estado capitalista, nesta perspectiva, atua em convergência com o um sistema hegemônico, fruto de um conjunto de interesses de segmentos fracionados. Ele, basicamente, intermedia os interesses divergentes dessas frações de classe na esfera institucional (POULANTZAS, 1969b). Assim, “os três processos de fracionamento são fenômenos objetivos, inerentes ao processo econômico capitalista. Por isso, dificilmente a política de Estado pode deixar de incidir, ao mesmo tempo, sobre os interesses em jogo nos diferentes sistemas de fracionamento.” (SAES, 2014, p. 119)

Além das frações de classe, Poulantzas propõe tanto uma classificação no nível qualitativo, categorizando as burguesias como bancária, industrial, comercial e afins, quanto no nível dimensional, ou seja, grande, pequeno e médio capital. Tais segmentações procuram tratar os problemas conjunturais no capitalismo sem desconsiderar os aspectos estruturais do modo de produção desse sistema<sup>6</sup>. Em suma, conforme reconhece Farias (2009, p. 81):

Dois aspectos se apresentam na questão do fracionamento da classe dominante: 1) a existência de vários sistemas de frações (múltiplas dimensões de fracionamento: as funções do capital, a origem espacial, a escala de operações etc.) e 2) as aglutinações em cada sistema de frações sucedendo-se no tempo ou apresentando-se cruzadas numa mesma conjuntura.

Quando discutimos as frações de classe burguesa em nível qualitativo, detalhamos as características das burguesias associadas, nacionais e internas. Assim, fica mais claro elucidar as divergências dessas frações, ou seja, “burguesia industrial *versus* comercial, ora comerciantes exportadores contra importadores, ora comércio atacadista *versus* varejista”. Na tentativa de explicar melhor o argumento, Farias (2009, p. 85) observa que:

A ideologia do industrialismo – que desloca a crença da fonte de riqueza da terra para a indústria – confere à burguesia industrial uma possibilidade de presença mais ativa ou visível na cena política, comparada aos outros setores do capital ligados à esfera da circulação. Já as burguesias comercial e bancária, por suas inserções na esfera não-produtiva da economia, sendo vulneráveis à crítica de

---

<sup>5</sup> Tal fração hegemônica no bloco de poder também reflete na atuação do Estado no cenário internacional. Conforme aponta Berringer (2015, p.15), “posição política dos Estados dependentes pode, por seu turno, oscilar entre subordinação passiva, subordinação conflitiva e anti-imperialismo.”

<sup>6</sup> É importante afirmar que as frações de classe, assim como na classe burguesa, manifestam-se, também, na classe trabalhadora. No entanto, a ênfase dada à primeira, justifica-se pela disputa da hegemonia de suas frações no bloco de poder. Com efeito, a fração hegemônica vigente, condiciona quais frações da classe trabalhadora serão mais exploradas em detrimento de outras. Essa diferença, por sua vez, pode produzir uma sensação ilusória de cooperação dessa burguesia com determinada camada social.

parasitarem os setores produtivos, tendem a uma presença mais discreta na luta política.

Em contrapartida, argumenta o autor (p. 85):

O receituário da ideologia neoliberal (abertura do mercado, desregulamentação das relações de trabalho, privatizações) contempla as dimensões monetária e produtiva do capital financeiro, tendendo a chocar-se, em algum aspecto, com o capital industrial isolado ou o capital bancário isolado. Por exemplo, a política de abertura incondicional do mercado ao capital internacional tende a bater-se com os interesses da indústria ou dos bancos nacionais.

### **3. A contribuição de Poulantzas para o estudo político do Brasil**

No caso do Brasil, alguns autores adotaram o marxismo poulantziano para analisar os efeitos da luta de classes no Estado brasileiro e os seus desdobramentos no cenário nacional. No intuito de delimitar o nosso problema de pesquisa, não discutiremos a formação econômica e social do Brasil na análise poulantziana e sim, a interpretação a partir dessa perspectiva, da história política recente do país. Dessa forma, invocaremos os trabalhos do marxista Armando Boito Júnior para esta empreitada. Na visão deste sociólogo, o cenário político brasileiro apresentou, nas últimas décadas, a formação de dois blocos de poder: o neoliberal ortodoxo e o neodesenvolvimentista. Para o autor (2005), a burguesia nacional perdeu consideravelmente as suas forças no início dos anos 1980. Com a vitória de Fernando Collor nas eleições presidenciais de 1989 foi possível perceber que um novo bloco no poder, liderado pela burguesia associada, dominava o cenário político e econômico brasileiro.

Em linhas gerais, a década de 1990 manteve esse quadro. Ou seja, uma composição de classes formada pelos detentores do capital financeiro, parte da burguesia interna e as classes médias. Percebe-se também segmentos das camadas mais pobres devido à estabilidade da inflação associada ao Plano Real<sup>7</sup>. A vitória do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 muda este panorama, formando um novo bloco de poder. A burguesia nacional e parte expressiva da burguesia interna, prejudicadas com a abertura desfreada do mercado brasileiro e pela imposição de uma competitividade internacional com poucas condições de concorrência, abandonaram o bloco de poder encabeçado pela burguesia associada. A alta rejeição do então governo Fernando Henrique Cardoso direcionou parte significativa das classes médias e pobres a votarem no então candidato Lula (SINGER, 2012).

O bloco no poder composto pelas burguesias nacional e interna, pelas classes médias, principalmente as altas, formaram o primeiro governo Lula. É verdade que neste período, a política macroeconômica do primeiro governo petista foi, em grande medida, uma continuação da política econômica tucana. Para Boito Júnior (2005), no entanto, tal análise não anula o argumento de que houve uma ruptura entre os governos do Partido da Social Democracia Brasileira e do Partido dos Trabalhadores. A economia política do primeiro governo Lula pode ser considerada como uma tentativa de neutralizar o movimento de articulação da burguesia associada de recuperar a hegemonia política, e, ao mesmo tempo, no intuito de assegurar as condições de governabilidade do novo governo. O segundo mandato do petista, por sua vez, inclina-se mais para o projeto econômico heterodoxo (BOITO JÚNIOR, 2007).

Em outros termos, é possível perceber, nesse período, maior atuação do Estado no apoio aos empresários nacionais, via as atuações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, da política externa horizontal e vertical, enfatizando a cooperação sul-sul (PECEQUILO, 2008). Além disso, houve as iniciativas no ramo da construção civil, a exemplo do Programa de

---

<sup>7</sup> Tais segmentos funcionavam pelo apoio momentâneo devido à estabilidade da inflação e não por representação concreta de seus interesses na esfera pública.

Aceleração do Crescimento e a oferta de crédito para as classes mais pobres, via Programa Minha Casa Minha Vida. Não obstante, as políticas sociais para os subproletariados com o incentivo a empregabilidade com carteira assinada, Programa Bolsa Família e Luz para Todos. Portanto, se o bloco no poder encabeçado pela burguesia associada pode ser definido como bloco ou campo neoliberal ortodoxo, o autor define aquele visto no governo lula como neodesenvolvimentista (BOITO JÚNIOR, 2007). Em resumo, nas palavras do autor (2016, p. 155-156):

A política neodesenvolvimentista da grande burguesia interna contempla, de maneira periférica, algumas reivindicações de segmentos do operariado, da baixa classe média, de trabalhadores rurais da agricultura familiar e de trabalhadores da massa marginal, segmentos com os quais formou uma frente política policlassista, ampla, heterogênea e contraditória, que denomino frente neodesenvolvimentista.

No governo Dilma Rousseff, tal bloco no poder começa a entrar em crise e – ao mesmo tempo – criar condições de recomposição do bloco de poder neoliberal que buscava restaurar a hegemonia política no país. De fato, Singer (2015) destaca a ofensiva do mesmo ao terceiro governo petista após o ensaio desenvolvimentista de economia política nos primeiros anos do mandato de Dilma Rousseff. Em outras palavras, a diminuição das taxas juros, desvalorização do câmbio, valorização do crédito aos setores produtivos da burguesia interna e o incentivo a aplicação de políticas para conteúdo local contribuíram para o aumento da insatisfação das frações ligadas a burguesia bancária e financeira. As jornadas de junho de 2013, marcadas pela insatisfação popular acerca dos serviços públicos e o diagnóstico econômico incorreto do governo ampliou significativamente as contradições internas do bloco neodesenvolvimentista. Apoiada por grande parte da imprensa conservadora nacional e internacional, pelos partidos políticos ligados ao campo da direita, a burguesia associada contou com um elemento muito importante: as altas classes médias brasileiras. Na definição de Boito Júnior (2016, p.58):

A alta classe média dispõe de uma posição estratégica no Judiciário, no Ministério Público e na Polícia Federal. Os funcionários que ocupam a cúpula dessas instituições – juízes, procuradores, desembargadores, defensores públicos, delegados e outros – gozam de salários e de condições de trabalho inigualáveis no setor público brasileiro [...] Seja por seu pertencimento de classe, seja por sua alocação nesse ramo da burocracia do Estado, os funcionários que dirigem tais instituições assumem uma posição militante contra a política social do neodesenvolvimentismo.

Tal reorganização do bloco no poder desenvolvimentista, considerando também o abandono de parte de burguesia interna como, por exemplo, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a Confederação Nacional da Indústria (CNI), se deu pela mudança de postura do então Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). O partido, que integrava a base de sustentação do mandato da presidente Dilma, passou a almejar novos espaços de poder dentro do governo. Tais movimentos da cúpula do PMDB dialogavam com a fração de classe da burguesia associada, defendendo não somente o ajuste fiscal ortodoxo como também os outros interesses do bloco de poder dessa fração burguesa, em especial as reformas estruturais do Estado, no âmbito interno (PMDB, 2015). Assim, a acessão de Michel Temer como presidente da república promove, por fim, o desmantelamento do bloco neodesenvolvimentista, ao passo em que retorna o chamado campo neoliberal ortodoxo.

#### **4. Poulantzas e a agenda de pesquisa em Política Externa**

Existem algumas abordagens no estudo da política externa que destacam os condicionantes internos como variáveis da composição da mesma. Graham Allison (1990), por exemplo, considera

as burocracias do Estado como os grandes atores internos na condução da diplomacia. Em outras palavras, certas esferas do Estado conseguem direcionar a atuação internacional do país, rejeitando a ideia de que a política externa é essencialmente fruto de concepções partidárias. Não obstante, com a ideia de burocracias, no plural, o autor advoga um cenário de disputa no seio do governo, discordando, assim, da visão do Estado como ator consensual e unitário. Com efeito, Robert Putnam (2010) concorda com Allison no tocante a existência de forças sociais internas como instrumento de influência da inserção internacional. No entanto, o autor identifica essas forças nos grupos de interesse da sociedade civil. Neste sentido, política externa fundamenta-se em dois níveis: no internacional e no doméstico. O sucesso do governante, para ele, é o equilíbrio do segundo nível, através da estabilidade e manutenção das alianças políticas, atrelado com a tentativa de maximizar os ganhos no primeiro nível.

Semelhante às análises de Allison e Putnam, consideramos, na perspectiva poulantziana as variáveis da política interna como elementos-chave na análise de política externa. Nesse caso, trataremos aqui as forças políticas e sociais internas<sup>8</sup> como movimentos do bloco de poder. Ou seja, de interesses específicos não em termos de burocracias ou grupos de interesses da sociedade civil, mas como frações de classe. Destarte, sob a ótica poulantziana, as decisões de política externa manifestam-se como expressão do bloco no poder dominante no Estado, liderado por uma fração de classe hegemônica (BOITO e BERRINGER, 2012). Em outros termos, a condução da política externa responde aos interesses do bloco de poder vigente e não de uma suposta política de Estado não ideológica.

No Brasil, os estudos relacionados a esta perspectiva em política externa ainda são escassos. Dentre os poucos autores, destacamos aqui as iniciativas da professora Tatiana Berringer. Em sua tese de doutorado, a cientista política defende a existência de “uma relação de determinação entre o bloco no poder e a política externa, ou melhor, entre a fração politicamente hegemônica e a posição do Estado na estrutura de poder internacional em determinada conjuntura histórica” (2014, p.201). Com efeito, a preocupação de Berringer era observar a constituição do bloco no poder durante os governos Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva. Com relação ao primeiro governo, a autora conclui:

os governos FHC se aproximaram dos Estados imperialistas e aderiram a uma série de regimes de desarmamento a fim de conquistarem empréstimos, atrair investimentos e, com isso, garantir a consolidação do neoliberalismo no Brasil. Esse quadro demonstrou como a fração hegemônica do bloco no poder, composta especialmente pelo capital financeiro nacional e internacional, se comportou como burguesia compradora, isso é: imbricada aos interesses imperialistas. Por isso, a posição do Estado brasileiro no cenário internacional foi de submissão passiva (BERRINGER, 2014, p.201)

Já nos governos Lula da Silva, a autora entende haver uma alteração da política externa brasileira devido à nova configuração do bloco no poder, sustentado, agora, pela burguesia interna como fração hegemônica de classe. Seguindo a linha teórica de Boito Júnior, Berringer afirma que o bloco neoliberal visto na década de 1990 dá lugar ao denominado bloco neodesenvolvimentista. Assim:

A plataforma neodesenvolvimentista diverge, em muitos aspectos, do neoliberalismo ortodoxo. A política externa foi um dos aspectos mais evidentes desta diferença. Isso explica porque ela foi objeto de disputa entre os setores que defendem o retorno do neoliberalismo ortodoxo e os setores

---

<sup>8</sup> Poulantzas não utiliza exatamente a expressão forças sociais internas e/ou forças sociais para discutir as frações de classe no capitalismo. No entanto, utilizamos aqui no intuito de facilitar a compreensão do leitor com a teoria poulantziana e, sobretudo, expor de modo mais didático, seus possíveis desdobramentos nos estudos das Relações Internacionais.

que apoiavam o neodesenvolvimentismo (BERRINGER, 2014, p. 202).

No tocante ao aparato teórico da análise de política externa sob a ótica poulantziana, é possível afirmar que esse já se mostrou eficaz em produzir análises bem fundamentadas de comportamento dos atores estatais na política internacional. O desafio, portanto, é ampliar o escopo de pesquisas em política externa sob esse método de análise. Por conseguinte, a produção consolidada de pesquisas através do aparato teórico poulantziano, permitirá o fortalecimento do pensamento marxista em Relações Internacionais, bem como a maior possibilidade de respostas para os conflitos mundiais.

## **A agenda poulantziana em Economia Política Internacional**

Assim como nas análises de política externa, as frações de classe seriam os sujeitos centrais como forças sociais internas em outros temas em Relações Internacionais. Neste sentido, as políticas de Estado estariam, sobretudo, circunscritas aos interesses de classe e frações de classe. No âmbito da economia política internacional, a análise poulantziana é um pouco mais utilizada, destacando alguns estudos referentes a esse tema de pesquisa no campo das Relações Internacionais.

Existe uma infinidade de eixos de pesquisa dentro dos estudos em Economia Política Internacional. Assim, não temos o objetivo aqui de delimitar todas elas, visto também a imprecisão de realizar determinada atividade. Neste sentido, destacaremos alguns desses com o intuito de exemplificar ao leitor, possibilidades de pesquisa sob o aparato poulantziano.

Possibilidades essas como, por exemplo, identificar as vantagens e as desvantagens da adesão de determinado país a certas coalizões internacionais, seja no âmbito das organizações, via Organização Mundial de Comércio, seja nos fóruns multilaterais, via G20 financeiro<sup>9</sup> (PIMENTA, 2012). É possível considerar também grupos como BRICS, IBAS, juntamente a interação dessas frações nas políticas destinadas a blocos econômicos, como o Mercosul. Tais formas de inserção internacional e participação global estariam, a depender, da forma de constituição do bloco no poder nacional (PINTO, 2010).

Nos estudos sobre a internacionalização da economia brasileira, há também uma ampla agenda que pode ser utilizada sob o arcabouço teórico poulantziano. Como eixo de pesquisas, temos as grandes empresas nacionais enquanto atores da burguesia interna e como elas influenciam as políticas econômicas do país (MATHIAS, 2010)<sup>10</sup>; o mesmo para as pressões em torno do BNDES para o financiamento de seus arranjos produtivos (CARVALHO, 2012). Neste caso, houve uma iniciativa em estudar o comportamento do banco de acordo com o bloco no poder vigente. Tal empreitada se vê na tese do cientista político, Caio Bugiato. Para o autor (2016), o BNDES modificou sua forma de atuação de acordo com a fração de classe hegemônica vigente. Ou seja, no período que o autor denomina como populista (1952-1964), sob a hegemonia de bloco da burguesia interna, o banco atuou para o investimento produtivo e capital privado, beneficiando o desenvolvimento da mesma. No período dito neoliberal (1990-2002), por sua vez orientou o BNDES “para uma instituição comercial e gestão e financiamento da privatização dos ativos públicos que ajudou a construir, além de fazer parte de uma ofensiva neoliberal mundial para destruir o Estado desenvolvimentista” (BUGIATO, 2016, p. 234).

---

<sup>9</sup> Na tese de doutorado ainda em elaboração, o presente autor busca desenvolver essas relações, em maiores detalhes, tomando como estudo de caso a tentativa de adesão do Brasil à OCDE.

<sup>10</sup> Existem alguns estudos poulantzianos em que contemplam essa temática. Vinculadas ao grupo de pesquisa “Politics and social classes in neoliberal capitalism”, coordenado pelo Prof. Armando Boito Júnior e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), podemos citar o trabalho “As grandes mineradoras e a política econômica nos governos Lula e Dilma” de Bárbara Pedro, bem como o estudo “As grandes construtoras e a política econômica nos governos Lula e Dilma” de Mariana Sabença.



Dentro desse contexto, podemos citar os setores do agronegócio, tanto da agricultura quanto do ramo da pecuária, ou seja, como esses segmentos influenciam o comportamento do Estado brasileiro no plano internacional (IGLESIAS, 2007).

No caso da burguesia associada, temos os movimentos favoráveis à privatização e crescente participação do capital estrangeiro via empresas de capital aberto; as coações sejam pelo congresso nacional, ou via banco central e Conselho Monetário Nacional, dos grandes investidores financeiros e rentistas na manutenção de uma política monetária condizente com uma taxa de lucro cada vez mais robusta; capacidade de influência dos grupos empresariais sejam eles internos ou externos, na promoção de pautas específicas no congresso nacional, em PEC PL e PLP<sup>11</sup>. Em outros termos, é possível construir uma agenda de pesquisa orientada para os estudos dessas variáveis no modo de inserção internacional do Estado. No âmbito da economia política da segurança internacional, por exemplo, temos as relações dos Estados Unidos com setores do judiciário e ministério público em torno de operações policiais que modificam a estrutura econômica nacional (CAMPOS, 2019)<sup>12</sup>.

Apesar de termos sugerido uma agenda de pesquisa poulantziana considerando especialmente o caso brasileiro, tais observações podem-se aplicar em como outros países relacionam com as suas frações de classe e os blocos no poder. O mesmo pode ser dito dessas relações com a forma de inserção internacional de determinado Estado.

## 5. Considerações finais

Em comparação com o *mainstream* teórico das Relações Internacionais, o marxismo é, certamente, mais tangenciado nos estudos científicos produzidos. Isto significa que os trabalhos produzidos na perspectiva poulantziana são ainda mais escassos. No Brasil, tais estudos são muito recentes, sendo os principais pioneiros, aqueles cientistas políticos e sociólogos que, de alguma forma, tem a Universidade Estadual de Campinas como parte da formação acadêmica.

É verdade que existem importantes estudos poulantzianos que discutem a realidade brasileira, como por exemplo os trabalhos de Décio Saes. Ainda assim, não são os principais do marxismo brasileiro. Em suma, tanto no debate interno quanto, especialmente, nas relações exteriores, existe um arranjo de possibilidades de pesquisa a partir dos escritos de Poulantzas. Tentamos mostrar neste artigo, alguns eixos de pesquisa que podem, e devem ser desenvolvidos sob essa ótica teórica. Como todo terreno ainda pouco explorado, as debilidades dos estudos internacionais poulantzianos existem e não estão descartadas de aprimoramento e discussões. Neste sentido, o avanço conceitual do marxismo nas relações internacionais é fundamental para o amadurecimento do núcleo duro de pesquisa poulantziano.

---

<sup>11</sup> PEC, sigla de Projeto de Emenda Constitucional. PL como Projeto de Lei e PLP enquanto Projeto de Lei Complementar.

<sup>12</sup> Consideramos que o comportamento do Estado brasileiro nas relações internacionais, especialmente no campo econômico, é orientado, dentre as frações de classe do bloco no poder vigente, pelos interesses da fração hegemônica burguesa daquele bloco. Daí o maior destaque, no presente artigo, às frações principais da burguesia.

## 6. Referências bibliográficas

ALLISON, G. Modelos conceituais e a crise dos mísseis de Cuba. IN: BRAILLARD, P. (org.) **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

BERRINGER, T. **Bloco no poder e as análises de política externa**. Revista de Estudos Internacionais, Vol. 6 (1), 2015.

BERRINGER, T. BOITO, A. **Classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa**. Mimeo, 2012.

\_\_\_\_\_. **O bloco no poder e a política externa nos governos FHC e Lula**. Tese. (Doutorado em Ciência Política). Unicamp. 2014.

BIANCHI, A. **Trazendo o Estado de volta para a teoria: o debate Miliband-Poulantzas revisitado**. In: 31º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2007. Programa e Resumos do 31º Encontro Anual da Anpocs. São Paulo: Anpocs, 2007.

BOITO JUNIOR, A. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. PIMSA, v. 15, p. 209-227, 2014.

\_\_\_\_\_. **A burguesia no Governo Lula**. Crítica Marxista (São Paulo), Rio de Janeiro, v. 21, p. 52-77, 2005.

\_\_\_\_\_. **A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia**. Crítica Marxista (São Paulo), v. 42, p. 155-162, 2016.

\_\_\_\_\_. **Estado e burguesia no capitalismo neoliberal**. Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso), v. 28, p. 57-73, 2007.

BUGIATO, C. **A política de financiamento do BNDES e a burguesia brasileira**. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2016.

CAMPOS, P. H. P. **Os efeitos da crise econômica e da operação Lava Jato sobre a indústria da construção pesada no Brasil: falências, desnacionalização e desestruturação produtiva**. Revista Mediações (UEL), v. 24, p. 127-153, 2019.

CARVALHO, C. **O protagonismo do BNDES no financiamento da infra-estrutura sul-americana durante o governo Lula: interface entre os interesses domésticos e a política externa**. I Seminário Nacional de Pós-graduação em Relações Internacionais promovido pela Associação Brasileira de Relações Internacionais, Brasília, 2012.

FARIAS, F. P. **Frações burguesas e bloco no poder: uma reflexão a partir do trabalho de Nicos Poulantzas**. Crítica Marxista (São Paulo), v. 28, p. 81-98, 2009.

IGLESIAS, W. **O empresariado do agronegócio no Brasil: ação coletiva e formas de atuação política — as batalhas do açúcar e do algodão na OMC**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, nº28, 2007.

MARTUSCELLI, D. E. . **Poulantzas e o conceito de 'burguesia interna'**. Demarcaciones - Revista latinoamericana de estudios althusserianos , v. 1, p. 118-129, 2014.

MATHIAS, M. **Sob o prisma dos interesses: a política externa brasileira e a Confederação Nacional da Indústria**. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Unicamp, Campinas, 2011.

PASSOS, R. Gramsci e Cox: aproximações e dessemelhanças In: SALATINI, R (org.). **Cultura e direitos humanos nas relações internacionais**. Marília: Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2016

PECEQUILO, C. S. **A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical**. Revista Brasileira de Política Internacional (Impresso) v. 51, p. 136-156, 2008.

PIMENTA, J. L. **Coalizões internacionais e o G-20: aspectos da liderança brasileira na Rodada Doha de Desenvolvimento da OMC**. Dissertação (Mestrado Relações Internacionais), USP, 2012.

PINTO, E. C. **Bloco no poder e governo Lula: grupos econômicos, política econômica e novo eixo sino-americano**. Tese (Doutorado em Economia) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

POULANTZAS, N. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1975.

PUTNAM, R. **Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis**. Revista de Sociologia e Política, 18 (36): 147-74. 2010.

SAES, D. As frações da classe dominante no capitalismo: uma reflexão teórica. In: PINHEIRO, M. (Org.). **Ditadura: o que resta da transição**. 1ªed. São Paulo - SP: Boitempo Editorial, 2014.

SINGER, A. **Cutucando onças com varas curtas**. Novos Estudos CEBRAP.2015.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo, Cia. das Letras, 2012.